

**LEI 1.832/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo a empresa Frigoforte Frigorífico Ltda e dá outras providências.

**EDUARDO PICOLOTTO**, Prefeito Municipal de Água Santa, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º**- Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivos à empresa FRIGOFORTE FRIGORÍFICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado cadastrado no CNPJ sob nº 42.065.229/0001-54, com sede na localidade do Rincão do Campo, interior neste município de Água Santa – RS.

**Art. 2º** - Os incentivos autorizados por esta Lei estão em consonância com a Lei 1.570/2019 que institui o “Programa de Desenvolvimento Sustentável de Água Santa – Prodesas”.

**a)** Auxílio Financeiro no valor de R\$ 26.412,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e doze reais), destinados para aquisição de lonas para lagoas e oito ralos de inox.

**Parágrafo Único** – A liberação dos recursos, fica condicionado a apresentação de toda a documentação que comprove a regularidade da empresa, de acordo com o requerido pela Lei 1.570/2019.

**Art. 3º** - Fica o Poder executivo Municipal autorizado a firmar Escritura Pública nos termos da presente Lei e processo de Incentivo Protocolo nº 23.729 de 07/11/2023, disciplinando as garantias contratuais.

**Art. 4º** - A Empresa se obriga ao cumprimento das metas mínimas de:

**I – EMPREGOS:**

Ano	Número de Empregos	Ano	Número de Empregos
2024	3	2025	3
2026	3	2027	3
2028	3	2029	3
2030	3	2031	3
2032	3	2033	3
2034	3	2035	3
2036	3	2037	3
2038	3		

**Art. 5º** - A avaliação dos incentivos será realizada a cada doze meses.

**Parágrafo único** – A empresa que não apresentar a prestação de contas no prazo determinado será submetida à apreciação do COMUDE que poderá determinar a devolução ou não do incentivo recebido.

**Art. 6º** - A Empresa deverá ressarcir ao Município o valor de 26.412,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e doze), em até 15 anos assim divididos.

<b>ANO</b>	<b>Valor da Parcela</b>	<b>ANO</b>	<b>Valor da Parcela</b>
2026	1.760,80	2027	1.760,80
2028	1.760,80	2029	1.760,80
2030	1.760,80	2031	1.760,80
2032	1.760,80	2033	1.760,80
2034	1.760,80	2035	1.760,80
2036	1.760,80	2037	1.760,80
2038	1.760,80	2039	1.760,80
2040	1.760,80		

**§ 1º** – A cada ano será aplicada a correção monetária acumulada desde o primeiro ano e deduzido 50% do ICMS que a empresa gerar através do VAF.

**§ 2º** - A diferença deverá ser paga até 31 de março do ano subsequente, após apurado o VAF e atualizado o valor monetariamente.

**Art. 7º** - As despesas decorrentes da presente Lei ficam inclusas na LDO do presente exercício e exercícios subsequentes.

**Art. 8º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar para dar atendimento às despesas efetuadas, através de transposição de dotações, e será efetuado através de Decreto Municipal.

**Art. 9º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA.  
19 de Dezembro de 2023.

**EDUARDO PICOLOTTO**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;  
Data Supra: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**DANIEL POLETTTO DE SOUZA**  
Secretário de Administração

Este conteúdo não substitui o publicado na versão impressa